



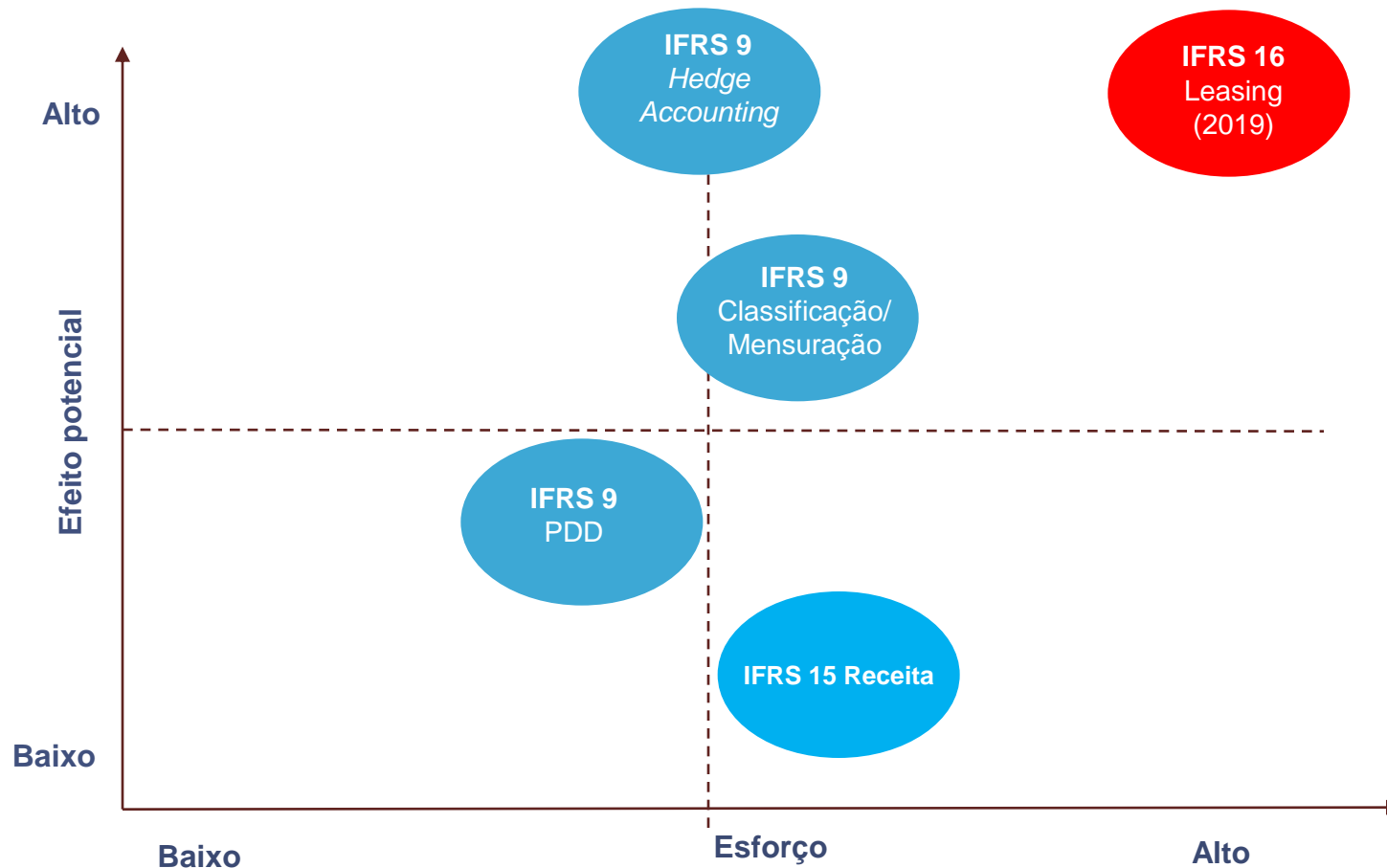
A implementação do IFRS 16 no Brasil – Perspectivas para implementação

Edison Arisa
Coordenador Técnico

Seminário Abel
05 de setembro de 2016

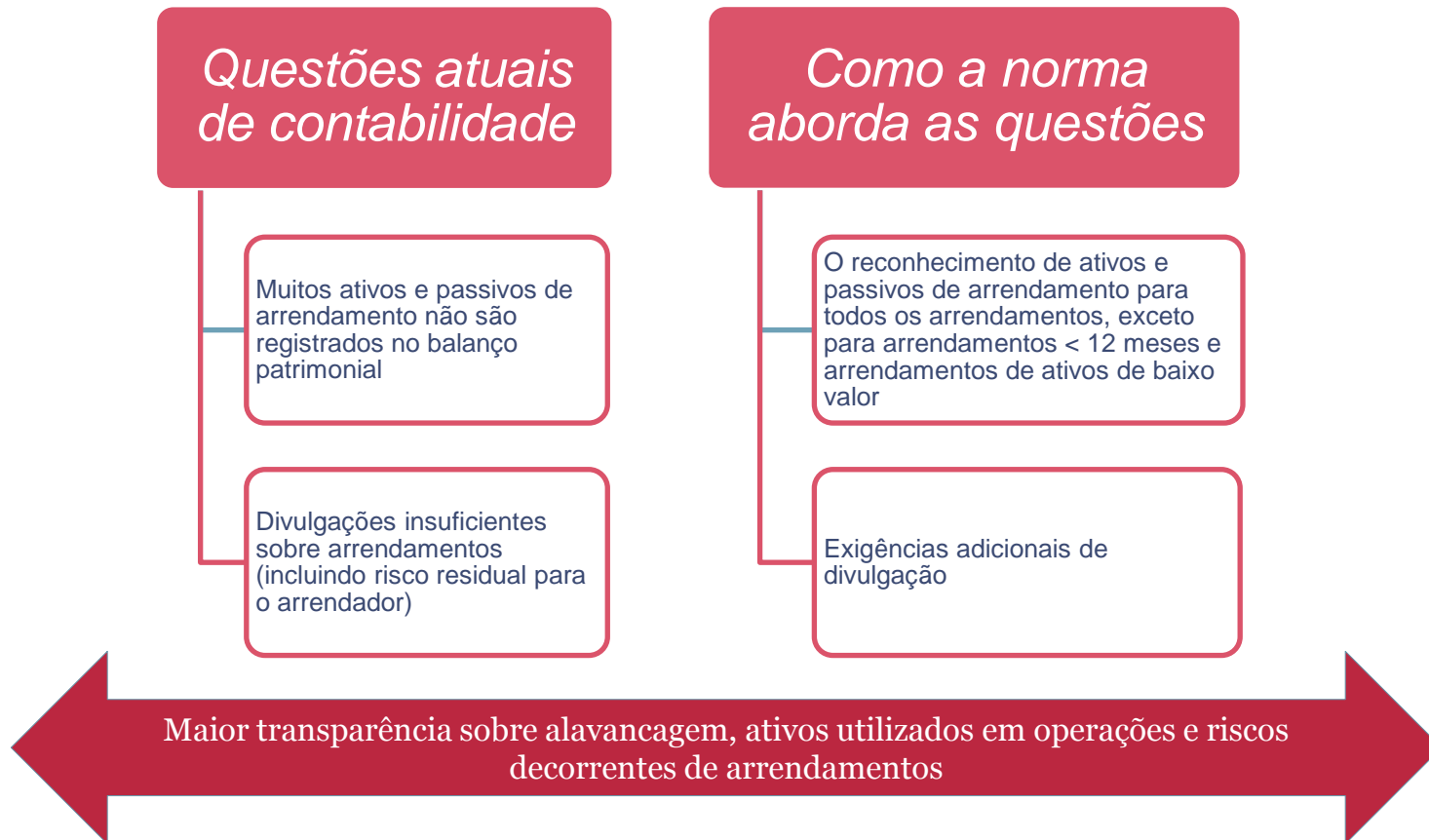
Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

Potenciais impactos das novas normas contábeis



Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O arrendamento é uma atividade empresarial relevante no Brasil



Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

Considerações estratégicas no plano de implementação



Impactos sobre covenants de índices financeiros



Planejamento e avaliação dos temas fiscais



Complexidade e custo da implementação (pode levar anos)



Impactos sobre o reconhecimento de despesas e juros de arrendamento



Impacto para ofertas internacionais

Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

Reconhecimento - Visão Geral

O que muda de acordo com o IFRS 16?

- Os arrendatários deverão reconhecer quase todos os arrendamentos no balanço patrimonial por meio de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento
- Há isenções para curto prazo (<12 meses) e valor baixo

Qual é o impacto?

- Impacto potencialmente significativo no balanço patrimonial e na demonstração do resultado para os arrendatários (devido à alocação antecipada da despesa em decorrência da classificação de arrendamentos de acordo com a abordagem de modelo único)
- Impacto potencialmente significativo em indicadores financeiros (dívida líquida/endividamento, EBITDA), cláusulas de “covenants” e etc
- Novos processos, controles e sistemas bastante significativos podem ser necessários para implementar o IFRS 16

Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

Contabilização do Arrendador

O que muda de acordo com o IFRS 16?

- As diretrizes para a contabilização do arrendador são substancialmente iguais no IAS 17 (ou seja, classificações anteriores para os arrendadores permanecem)
- Outras mudanças trazidas pelo IFRS 16 irão afetar os arrendadores (por exemplo, definição de pagamentos de arrendamento, modificações em arrendamentos)
- Segundo o IFRS 16, a classificação de subarrendamento é baseada no ativo de direito de uso do arrendamento "principal" e não no ativo subjacente

Qual é o impacto?

- Processos, controles e sistemas adicionais podem ser necessários para implementar as disposições do IFRS 16 que afetam o arrendador

Áreas chaves a serem consideradas na implementação do IFRS 16



Controles Internos (gestão integrada das mudanças)



Contabilidade



Mudanças Regulatórias/fiscais



Impactos sobre o reconhecimento de despesas e juros de arrendamento



Complexidade da implementação



Programa de Treinamento



Obrigado

www.cpc.org.br